

2.18 • Nacionalismos e separatismos

O Sara Ocidental, 40 anos de impasse

Bruno Gabriel

O SARA OCIDENTAL, antiga colónia espanhola no Magrebe, de clima essencialmente desértico com a área de 266.000 km quadrados, situado a sul de Marrocos, fazendo fronteira a este e a sul com a Mauritânia, com uma pequena faixa fronteiriça, a nordeste, com a Argélia e banhada a oeste pelo oceano Atlântico, é um território cuja disputa pela soberania se prolonga há já quarenta anos.

A sua situação geográfica e o diferendo sobre a soberania do território têm vindo ao longo das últimas quatro décadas a contribuir para a instabilidade na região do Magrebe, fragilizando, em termos de segurança, a própria Europa.

Desde a retirada de Espanha do território, em 1975, que a Argélia apoia a causa do movimento independentista saharauí, a Frente Polisário, contribuindo com armamento, apoio logístico e de retaguarda, acolhendo no seu território, para além de um vasto número de refugiados saharauís, a própria sede da autoproclamada República Árabe Saharaui Democrática (RASD), em Tindouf. O apoio da Argélia à causa saharauí levou ao corte de relações entre Marrocos e o vizinho argelino, opondo as duas potências regionais numa disputa pela hegemonia no Magrebe, em claro prejuízo da segurança, desenvolvimento e prosperidade regionais.

A manutenção do conflito do Sara cria sérios entraves a qualquer estratégia de cooperação entre os parceiros do Magrebe na luta contra o terrorismo na região do Norte da África e do Sahel, permitindo a circulação indómita dos mais variados grupos ligados ao crime organizado e ao terrorismo internacional.

Caracterização

O Sara Ocidental sempre foi habitado por tribos nómadas, dedicadas à pastorícia e ao comércio, cujas rotas em busca de oásis onde permanecer e encontrar água levavam-nas em movimentos pendulares pelo deserto do Sara, especialmente nos territórios dos actuais Mali, Mauritânia, Argélia e Marrocos.

Historicamente, na região do Sara Ocidental, não se conhecem referências à existência de um Estado independente, nem indícios de qualquer organização de tipo estadual.

Com a Conferência de Berlim (1884), na qual as nações europeias definiram as suas áreas de influência em África e partilharam os territórios que iriam tomar como colónias, a região hoje conhecida como Sara Ocidental, passou a ser uma colónia espanhola (as fronteiras hoje existentes delimitaram-se na altura), estatuto que manteve até 1975 sob a designação de Sara Espanhol.

Tal como Portugal, Espanha foi dos países europeus que manteve as suas possessões em África até mais tarde, claramente em contraciclo com

a tendência de descolonização que obteve forte expressão nos anos sessenta do século XX.

Os nómadas, cujas relações até então eram de frequente conflito, começam a sedentarizar-se nos anos cinquenta.

A exploração dos fosfatos, o desenvolvimento das cidades, a procura de emprego e a escolarização, favoreceram uma rápida transição para uma vida sedentarizada, em que a mobilidade das caravanas deu lugar ao imobilismo do apego à terra, favorecendo o florescimento de um sentimento de nacionalismo.

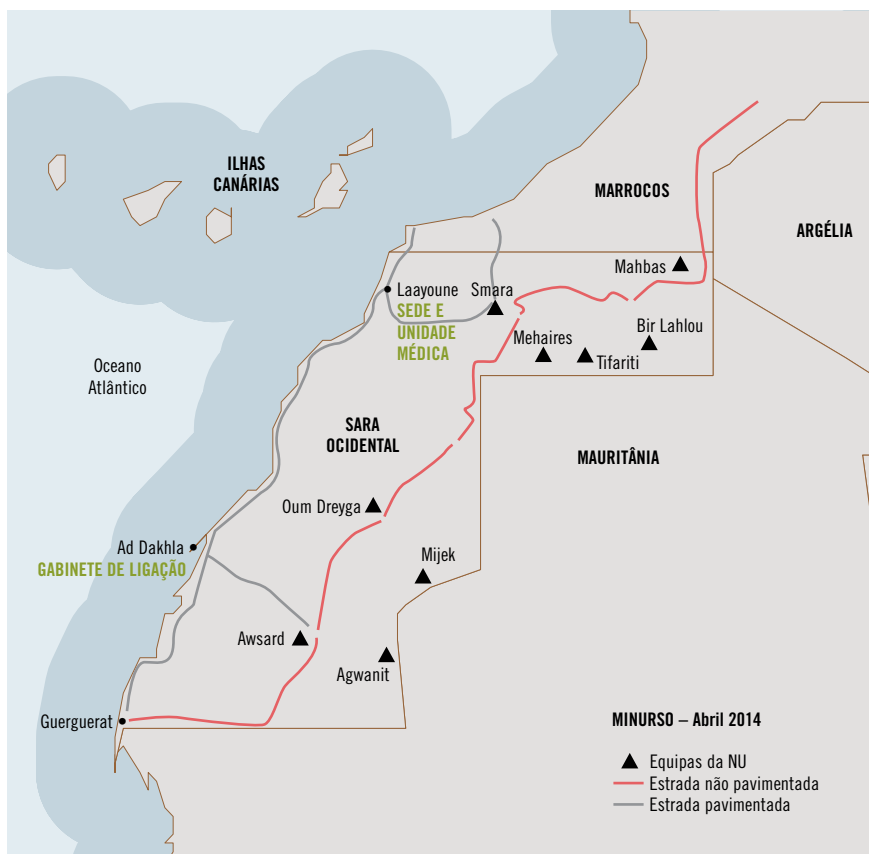
A Economia do Sara

A economia do Sara Ocidental conta com a pesca, a extracção de fosfatos, uma agricultura de subsistência e um, ainda, inexpressivo turismo. Os escassos recursos naturais inviabilizam quase por completo a agricultura, obrigando à importação de quase todos os produtos, essencialmente de Marrocos.

A água potável para consumo humano existe graças ao programa de dessalinização de água do mar (levado a cabo e fortemente subvencionado pelas autoridades marroquinas), que permite obter água suficiente, a preços comportáveis para o consumo diário.

Dois terços da população ativa ocupam-se na extracção de fosfatos (essenciais para a produção de fertilizantes e produtos químicos) e na pesca. Há quem defenda a ideia da existência de jazidas de petróleo e gás natural nas suas águas territoriais, não havendo estudos que comprovem a viabilidade económica da extracção naquela área, para além de que se levantaria a questão da legitimidade/legalidade da extracção, enquanto não for definido e reconhecido internacionalmente o estatuto do território.

As trocas comerciais e a economia em geral são controladas por Marrocos que sempre considerou o território como a sua província do sul. O Reino de Marrocos tem seguido uma política de incentivo à instalação dos seus súbditos no território do Sara Ocidental, através de apoios diversos, de controlo dos preços dos bens essenciais ou por via da isenção fiscal das empresas que ali se instalem. Mercê desta política, na parte do território controlada por Marrocos, criou-se uma economia controlada pelo Estado e não uma verdadeira economia de mercado, não obstante ser com base nesta forte aposta marroquina em patrocinar a economia do Sara Ocidental, que o território tem visto algum desenvolvimento.



MINURSO

Fonte: United Nations, Map No. 3691 Rev. 73 (April 2014), (disponível em <http://reliefweb.int/map/western-sahara/western-sahara-minurso-april-2014>).

A título exemplificativo, veja-se o caso do abastecimento de água à cidade de Laayoune, em que Marrocos suporta o programa de dessalinização da água do mar, do qual provém a totalidade da água potável da cidade, com um custo de cerca de dois euros e cinquenta cêntimos o metro³, e vendida ao consumidor a cerca de dois cêntimos o metro³. Veja-se, igualmente, o preço do combustível, vendido no território a metade do preço médio de mercado; a generalidade dos bens de primeira necessidade são altamente subsidiados e as empresas com atividade no território não pagam impostos.

O objectivo do Reino de Marrocos em seguir esta política parece ser, acima de tudo, manter as finanças do Sara Ocidental minimamente viáveis e proporcionar à população a possibilidade de aceder à generalidade dos bens essenciais necessários.

Dúvidas há acerca da viabilidade financeira do território sem ajuda externa, pois ainda que se confirmasse a possibilidade de exploração das jazidas de hidrocarbonetos ao largo do Sara Ocidental, são incontornáveis as características climáticas e geográficas do território, o estado de evolução precoce da generalidade das infraestruturas e uma quase total dependência agrícola do exterior.

No plano económico e financeiro, o Sara Ocidental é de uma fragilidade absoluta. Numa hipotética independência política, a sujeição económica seria incontornável, levando o eventual país a uma carência de ajuda externa, ou a ter de se sujeitar a acordos, alianças, empréstimos, planos ou programas sempre impostos, quanto mais não fosse pela necessidade e pela premência de alimentar a máquina do Estado e a população. Ao contrário do anterior rei de Marrocos, Hassan II, que aceitou a hipótese de realização de um referendo no território para que a população se pronunciasse no sentido de optar por um estatuto de autonomia ou pela independência, divergindo dos independentistas quanto ao método de recenseamento, na perspectiva do atual rei, Mohamed VI, as aspirações independentistas do povo sahari não são uma opção.

Mohamed VI pugna pela indivisibilidade do território do Reino de Marrocos, afirmando-o veementemente em todos os *fora*, defendendo que a própria dinastia alauita, à qual pertence a Casa Real, tem a sua origem no território.

A diplomacia marroquina insiste em negociações construtivas para conferir ao Sara Ocidental um estatuto de autonomia alargada, com um parlamento e instituições próprias, integrando assim a província sul do Reino de Marrocos.

Do Sara Espanhol à situação actual

No período da luta pela independência de Marrocos, anos anos cinquenta do século XX, milhares de saharis lutaram pelo exército de libertação marroquino pela independência do país, incluindo as províncias do sul colonizadas por Espanha: Ifni, Târfaya e o Sara Ocidental. Foi Marrocos, que sempre defendeu a pertença do Sara Ocidental,

e mesmo da Mauritânia ao seu território histórico, o chamado Grande Marrocos, antes da colonização francesa e espanhola que em 1964, já independente, pediu junto do Comité das Nações Unidas para a Descolonização a inclusão do Sara Ocidental como território a descolonizar.

Em 1973 antigos combatentes do exército de libertação de Marrocos, seduzidos pelo socialismo argelino, criam a Frente Polisário, iniciando a luta contra as forças espanholas. Em Outubro de 1975 o Tribunal Internacional de Justiça emitiu um parecer no sentido de reconhecer aos habitantes do Sara Ocidental o direito de se pronunciarem quanto à autodeterminação, lembrando os laços entre Marrocos e as tribos nómadas, a não circunscrição destas a um território definido, a existência de relações jurídicas e de fidelidade entre o sultão de Marrocos e as tribos do Sara.

Novembro de 1975 testemunhou a Marcha Verde, (cerca de 350.000 cidadãos marroquinos dirigiram-se ao território do Sara), destinada a reivindicar as pretensões de Marrocos sobre o território, e a assinatura do Acordo de Madrid, que fixava os termos da retirada espanhola e da partilha do território: dois terços a sul de Marrocos a este país e o restante à Mauritânia, prevendo-se a instalação de uma administração interina, com a participação de ambos os países e a colaboração da Jemaa, a Assembleia local do Sara.

“
A economia do Sara Ocidental conta com a pesca, a extracção de fosfatos, uma agricultura de subsistência e um, ainda, inexpressivo turismo.
”

Em 1976 saem as últimas tropas espanholas, a Jemaa aprova a descolonização do território, a Frente Polisário proclama a República Árabe Saharaí Democrática (RASD), com sede em Tindouf, na Argélia, e lidera um movimento revolucionário com actividades de guerrilha, contestando a partilha do território entre Marrocos e a Mauritânia.

Em 1979 celebra um acordo de cessar-fogo com a Mauritânia, esta abandona a sua área de ocupação, que é imediatamente ocupado por Marrocos. O Conselho de Segurança da ONU condena a ocupação marroquina e reconhece a Frente Polisário como legítima representante do povo sahari.

Entre 1980 e 1987 Marrocos constrói o chamado “muro de defesa”, para sustentar as incursões da Polisário; são 2720 Km, com forte patrulhamento militar, no qual se estima estejam empenhados cerca de 160.000 militares.

A 29 de Abril de 1991 o Conselho de Segurança da ONU (Resolução 690), cria a MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental, com o objectivo de possibilitar um referendo, para a pronúncia da população sobre o estatuto da região, bem como monitorizar o cessar-fogo entre os beligerantes.

A MINURSO deveria encarregar-se do recenseamento dos votantes, libertação dos detidos e repatriamento dos refugiados na Argélia. O referendo deveria ter tido lugar em 1992, mas a falta de meios humanos, logísticos e financeiros, a impossibilidade de chegar a acordo entre as partes acerca dos votantes a recensar e a violação recíproca do cessar-fogo, inviabilizou os planos da missão, nunca se conseguindo fazer o recenseamento.

Em 1997 Kofi Annan, então secretário-geral das NU, nomeou o ex-secretário de Estado norte-americano James Baker como enviado especial para chefiar a MINURSO; as conversações promovidas, em Lisboa, Londres e Houston, culminaram na apresentação de dois Planos Baker (2001 e 2003) que, genericamente propunham que as populações saharis continuassem a administrar o território no que respeita aos assuntos locais, cabendo a Marrocos as funções de soberania, tendo sido ambos rejeitados por via das divergências insanáveis entre as partes. A MINURSO tem vindo a conhecer renovações sucessivas ao seu mandato, não se vislumbrando, porém, uma solução para o conflito.

A questão conheceu uma nova fase em 2007, com Marrocos a apresentar ao secretário-geral das NU, uma iniciativa para a negociação de um estatuto de autonomia para a região do Sara, o que mereceu a aprovação por unanimidade do Conselho de Segurança da ONU, no qual é abandonada a referência à necessidade de um referendo.

Desde Junho de 2007 realizaram-se quatro rondas negociais, em Manhasset (Nova Iorque), com a participação de Marrocos e da Frente Polisário, tendo igualmente estado presentes a Argélia e a Mauritânia.

Marrocos propõe a atribuição de um estatuto de autonomia alargado para o Sara Ocidental, reservando para si as funções de defesa e relações externas, as atribuições constitucionais e religiosas do rei, e prevendo que a população do Sara passe a gerir, democraticamente, os seus assuntos através de órgãos legislativos, executivos e judiciais dotados de competências exclusivas, dispondo de recursos financeiros para o desenvolvimento da região em diversos domínios de forma ativa na vida económica, social e cultural do reino. O rei de Marrocos anunciou ainda um projeto de regionalização do país, incluindo no novo desenho as duas províncias a sul que constituem o Sara Ocidental, defendendo a unidade territorial do reino e um novo modelo de gestão administrativa assente numa maior descentralização do poder e com um claro pendente desenvolvimentista.

Poderemos estar perante uma solução para o conflito, conquanto as partes se comprometam a negociar os termos da autonomia do Sara Ocidental, deixando para trás bloqueios, até agora inultrapassáveis, comprometendo-se verdadeiramente a encontrar uma solução que salvguarde a identidade do povo do Sara, o regresso dos refugiados às suas origens e as garantias de liberdade, democracia e desenvolvimento, permitindo que toda a região encontre a estabilidade e a prosperidade almejadas. ■